

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

GRACIELA ELISIANE HARTMANN KLIPSTEIN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CHIAPETTA, RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA ADESÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Chiapetta - RS

2022

GRACIELA ELISIANE HARTMANN KLIPSTEIN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CHIAPETTA, RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA ADESÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela Peixoto Coelho-de-Souza

Coorientadora: Me. Ana Julia Mourão Salheb do Amaral

Chiapetta - RS

2022

GRACIELA ELISIANE HARTMANN KLIPSTEIN

**POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CHIAPETTA, RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA ADESÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Prof. Me. Renata Tomaz do Amaral Ribeiro
UFRGS

Dedico ao meu pai Evaldo Verno Klipstein e à
minha vó Alicia Saenger Klipstein (*in
memorian*) que me ensinaram valores como
honestidade, perseverança, dedicação. Nada
mais é como antes, nunca mais será. O vazio é
grande, a dor também. Pra sempre, amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Iniciar um curso superior foi dar um giro de 360 graus, pois ocorreu praticamente ao mesmo tempo em que mudei de cidade, assumindo um cargo público efetivo, após a aprovação em um concurso. Foi necessário assumir riscos, separar da minha família. Também, durante esse período, perdi a minha vó e, depois, o meu pai, num intervalo de pouco menos de seis meses.

Concluir este curso, portanto, exigiu muito esforço e superação. Havia momentos de muita dor, em que eu pensava em desistir. Ter pessoas ao meu lado para me ajudar e apoiar foi fundamental. Por isso, quero agradecer:

Ao IBGE, meu antigo trabalho, por proporcionar ter amigos que me fizeram acreditar que tinha capacidade de fazer um curso superior, inclusive apontando o *Plageder*, como um meio para alcançar esse objetivo.

Ao meu companheiro, amigo e pai da minha filha, que por muitas vezes deixou de fazer as coisas dele para me ajudar.

À minha filha Valentina, que deixei de dar um pouco de atenção, ou mesmo não ouvi-la como merecia, e que nos últimos meses aprendeu o que é um TCC.

À minha orientadora professora Gabriela por acreditar em mim, incentivar, ajudar e me encher de esperanças.

À minha coorientadora Ana Julia, que sempre esteve disposta a ajudar e a esclarecer dúvidas.

À minha amiga Luciana, sempre me ouvindo, dando conselhos e ajudando, mesmo distante.

Às minhas amigas Carol e Rita, que foram fundamentais em um momento muito delicado da minha vida.

À minha amiga e colega de curso Cristiana pelas vezes que nos ajudamos mutuamente.

À minha mãe Teresinha Keil Hartmann Klipstein por estar comigo. Aos meus irmãos e a todos que de uma forma ou outra me auxiliaram nessa caminhada.

“E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?”

Almeida Garrett

RESUMO

A política nacional de segurança alimentar e nutricional envolve diferentes processos e, desde 2016, vem passando por retrocessos e fragilidades na atuação do governo federal. As ações de desmonte da política nacional promoveram a desarticulação dos processos de adesão dos municípios e estados à política, que estavam em curso. Além disso, programas intersetoriais como o Programa de Aquisição de Alimentos perderam sua robustez em nível nacional, restando iniciativas atomizadas. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a política pública municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar voltada aos servidores públicos do município de Chiapetta- RS, buscando descrever o seu funcionamento. Os procedimentos metodológicos constaram de análise de documentos normativos, websites, entrevistas semi-estruturadas com gestores do município e servidores. Localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, o município de Chiapetta possui uma população estimada de 3684 pessoas (IBGE), tendo sua economia baseada na produção de grãos e na agropecuária. A administração municipal conta com trezentos e quatro funcionários, sendo a principal empregadora local, conforme informação de seu setor de recursos humanos. A política pública municipal implementada em Chiapetta- RS, baseada na lei nº 245/2001, beneficia os servidores do seu quadro, tanto ativos como inativos, bem como integrantes do Conselho Tutelar, que recebem, dentro desse programa, mensalmente, uma cesta básica de gêneros alimentícios. A partir de 2017, a Administração Municipal buscou complementar essa cesta básica dos servidores com a aquisição de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar do município, estimulando assim o consumo de alimentos de qualidade, fortalecendo a agricultura familiar, promovendo a segurança alimentar e nutricional ao longo do sistema alimentar local. Constatou por parte dos servidores a consciência da importância desta política pública, trazendo benefícios para os mesmos como mudança nos hábitos alimentares, auxílio na economia familiar. A experiência de Chiapetta passou a ser uma referência para outros municípios da região. A análise demonstrou que, apesar do desmonte da política nacional de segurança alimentar e nutricional, a experiência do município de Chiapetta/RS segue os princípios de intersetorialidade, integrando a agricultura, saúde e meio ambiente, evidenciando que a política de segurança alimentar e nutricional está sendo fortalecida no nível municipal.

Palavras- chave: Agricultura Familiar. Segurança Alimentar. Política Pública Municipal. Servidores Públicos.

ABSTRACT

The national food and nutrition security policy involves different processes and, since 2016, it has been experiencing setbacks and weaknesses in the performance of the federal government. The actions to dismantle the national policy promoted the disarticulation of the processes of adhesion of the municipalities and states to the policy, which were in progress. In addition, intersectoral programs such as the Food Acquisition Program have lost their robustness at the national level, leaving atomized initiatives. In this context, the objective of this work is to analyze the municipal public policy for the acquisition of food from family farming aimed at public servants in the municipality of Chiapetta-RS, seeking to describe its operation. The methodological procedures consisted of analysis of normative documents, websites, semi-structured interviews with municipal managers and civil servants. Located in the Northwest region of Rio Grande do Sul, the municipality of Chiapetta has an estimated population of 3684 people (IBGE), and its economy is based on grain production and agriculture. The municipal administration has three hundred and four employees, being the main local employer, according to information from its human resources department. The municipal public policy implemented in Chiapetta-RS, based on law n° 245/2001, benefits its employees, both active and inactive, as well as members of the Guardianship Council, who receive, within this program, a monthly basic food basket. of foodstuffs. From 2017, the Municipal Administration sought to complement this basic basket of servers with the acquisition of 30% of products from the municipality's Family Agriculture, thus stimulating the consumption of quality food, strengthening family farming, promoting food and nutritional security. throughout the local food system. It was found on the part of the servers the awareness of the importance of this public policy, bringing benefits to them as a change in eating habits, aid in the family economy. Chiapetta's experience has become a reference for other municipalities in the region. The analysis showed that, despite the dismantling of the national food and nutrition security policy, the experience of the municipality of Chiapetta/RS follows the principles of intersectoriality, integrating agriculture, health and the environment, showing that the food and nutrition security policy is being strengthened at the municipal level.

Keywords: Family Farming. Food Safety. Municipal Public Policy. Public Servants.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul, com Localização do Município de Chiapetta-RS.21
- Figura 2 Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Abril de 2022 39
- Figura 3: Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Maio de 2022 ...39
- Figura 4: Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Junho de 2022 ..40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Concepção dos Entrevistados sobre o Consumo de Alimentos Saudáveis.	30
Gráfico 2: Mudança na Rotina da Família do Servidor Entrevistado Após Começar a Receber as Cestas Básicas da Administração	32
Gráfico 3: Mudanças Positivas do Programa para o Município de Chiapetta-RS.....	34
Gráfico 4: Relação do Consumo dos Produtos pelos Servidores e suas Famílias	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Secretarias e Número total de Servidores do Município de Chiapetta-RS e Relação de Entrevistados Participantes da Pesquisa.	26
Tabela 2: Relação se Houve ou não Mudanças na Alimentação dos Servidores e de sua Família com o Fornecimento da Cesta Básica.....	29
Tabela 3: Comparativo Preço dos Produtos da Agricultura Recebidos na Cesta Básica X Valor nos Mercados Locais	36
Tabela 4: Preço Médio dos Produtos Não-Perecíveis Recebidos pelos Servidores Municipais de Chiapetta- RS.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos Entrevistados - Área Urbana X Área Rural.	24
Quadro 2: Lista de Produtos para Inclusão ou Exclusão, Conforme a Resposta dos Servidores do Município de Chiapetta-RS	35
Quadro 3: Documentos Necessários para Habilitação Agricultor e Fornecedor	41
Quadro 4: Evolução das Compras Públicas da Agricultura Familiar Realizadas pelo Município de Chiapetta/RS	43
Quadro 5: Motivos que Levaram Município de Chiapetta-RS Criar este Programa na Concepção dos Formuladores da Política Pública.....	44
Quadro 6: Mudanças para o Município de Chiapetta-RS, Segundo os Formuladores	45
Quadro 7: Sugestões dos Formuladores do Programa para o Aperfeiçoamento do Programa.	46
Quadro 8: Influência do Programa sobre Outros Municípios e Instituições	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
Nº	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNICAM	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 RELEVÂNCIA DA PESQUISA E PROBLEMATIZAÇÃO	15
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROBLEMA ALIMENTAR EM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL	17
2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL.....	17
2.2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O PROBLEMA ALIMENTAR.....	18
3 O MUNICÍPIO DE CHIAPETTA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 LOCAL DE ESTUDO.....	21
3.2 METODOLOGIA DE ESTUDO.....	22
3.2.1 Coleta de Dados	23
3.2.2 Pesquisa de Campo	24
4 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PADRÕES ALIMENTARES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.....	28
4.1 AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CHIAPETTA- RS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DA CESTA BÁSICA.....	28
4.2 VALOR ECONÔMICO DOS PRODUTOS	36
4.3 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, HISTÓRICO E PERCEPÇÃO DOS FORMULADORES.....	40
4.3.1 Descrição da Política Pública.....	40
4.3.2 Histórico de Implantação do Programa	42
4.3.3 Percepção dos Formuladores sobre a Política Pública de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Município de Chiapetta	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS SERVIDORES....	53
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS FORMULADORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A CESTA BÁSICA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CHIAPETTA- RS	55

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	56
APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS PRODUTOS FORNECIDA PELA NUTRICIONISTA	57
APÊNDICE E – LEI MUNICIPAL Nº 245.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realizar uma pesquisa sobre a política pública alimentar implementada pelo município Chiapetta no estado do Rio Grande do Sul. Essa política é inspirada no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criada pelo governo federal, e que, feitas as adaptações pela administração municipal, vem produzindo impactos positivos na alimentação dos seus servidores, sendo um importante instrumento de promoção de segurança alimentar, num contexto em que cada vez mais ocorrem retrocessos nas conquistas sociais alcançadas após o período de redemocratização, notadamente na última década, no combate à miséria e na redução das desigualdades sociais.

Com relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme Lei n.º 11.346/2006 (Brasil 2006), o seu conceito é multidimensional, destacando aspectos sociais, culturais, e ambientais indispensáveis à garantia do direito humano à alimentação adequada para toda a população no futuro. Além disso, no artigo segundo desta lei, enfatiza que “o poder público deve adotar as políticas públicas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população”. A Lei Municipal 390 de 11 de março de 2005, cria o Conselho Municipal de Segurança e Nutricional (Consea de Chiapetta- RS) “constituindo-se um espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil na formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar”.

1.1 RELEVÂNCIA DA PESQUISA E PROBLEMATIZAÇÃO

Nasci e me criei na Linha São José, no interior do Município de Chiapetta- RS. Desde pequena tive contato com o trabalho na roça, que era, e continua sendo, principalmente em pequenas propriedades rurais como a que eu cresci, exercido pela mão de obra familiar. Mesmo que, com dezessete anos, tendo ido morar e trabalhar na grande Porto Alegre-RS, mantive contato com os meus pais, que continuaram no campo, acompanhando a sua rotina de produção, desde o plantio e cuidado dos produtos como alface, tomate, rúcula, tempero verde, mandioca até a entrega dos produtos para cesta básica dos servidores.

Em abril de 2019, quando retornei a Chiapetta-RS para assumir um cargo público municipal que obtive por meio de concurso público, passei a ser, além de filha de pequenos agricultores familiares, servidora municipal e, conseqüentemente, sou uma das pessoas que

recebe a cesta básica entregue todos os meses para os trabalhadores municipais. Pude, então, constatar, pessoalmente, a qualidade dos produtos recebidos. Ao pensar na questão alimentar, surgiu o interesse em verificar junto aos servidores o que modificou a partir do recebimento desta cesta com legumes, verduras, peixe, massas, bolacha e ou cuca no sustento diário junto às famílias.

Deve-se considerar também que a agricultura familiar possui grande potencial para o desenvolvimento regional, notadamente nos pequenos municípios do interior do estado, contribuindo para a geração de emprego, renda e justiça social, através de um desenvolvimento rural local e inclusivo. Assim como é capaz de promover segurança alimentar, combatendo a pobreza e a fome, especialmente nas áreas rurais onde a pobreza extrema se concentra (FAO, 2018). Além de dispor de conexões com o meio ambiente, com a cultura local e com a agrobiodiversidade – tendo condições de redução de emissão de gases de efeito estufa e combate a degradação ambiental (FAO; IFAD; WFP, 2015; FAO, 2013). O devido incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar parece representar o desenvolvimento de estratégias de construção de um sistema alimentar sustentável, isto, pois, estes agricultores têm o potencial de se estabelecer como “a espinha dorsal do desenvolvimento rural e da sustentabilidade ambiental (GARNER; CAMPOS, 2014, p. 12)”.

A questão alimentar, portanto, é apreendida como complexa e intimamente vinculada ao espaço e local. Complexidade e interconexões que podem ser identificados a partir das conexões da agricultura familiar que resultam em laços entre agricultores, vizinhos e consumidores locais com base na confiança.

A soberania alimentar é um direito dos povos decidirem sobre sua alimentação, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica. Colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e empresas, além de defender os interesses e incluir futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

O objetivo geral este trabalho visa a analisar a política pública municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar voltada aos servidores município de Chiapetta-RS, buscando avaliar a influência sobre os padrões alimentares dos servidores. Para alcançar o objetivo geral, a construção dos seguintes objetivos específicos:

- a) Avaliar a influência da distribuição das cestas orgânicas nos padrões alimentares dos servidores municipais;

- b) Descrever a política pública de aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar voltada aos servidores.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROBLEMA ALIMENTAR EM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Este capítulo está dividido em duas seções. A partir da mobilização de autores serão feitas discussões acerca da evolução das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar no Brasil com destaque para os marcos históricos mais relevantes na primeira seção. E na segunda seção serão apresentadas as considerações históricas importantes sobre a problemática alimentar no Brasil.

2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

A fim de contextualizar a problemática, é importante fazer uma análise da evolução das políticas alimentares adotadas no Brasil, buscando, para tanto, relacionar seus antecedentes históricos. Logo após a década de 1930, o autor Josué de Castro chama a atenção para a discussão da fome não como um processo natural, mas como um processo social. Ainda, deve ser levado em conta que, a partir de 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO). Nas décadas de 1960 e 1970, começou a tomar mais corpo a proposição de políticas relacionadas à alimentação escolar e a do trabalhador.

Por outro lado, a partir de 1960, na esteira da adoção das práticas trazidas pela chamada *Revolução Verde*, processo que, segundo Alves e Tedesco (2016), inicia a modernização agrícola, com a introdução crescente de mecanização, insumos e fertilizantes, além de modificações genéticas. Fatores esses que contribuíram para que se ampliasse o volume da produtividade. Entretanto, paradoxalmente, não resolveram as grandes questões voltadas à fome e à segurança alimentar.

Houve uma mudança de perspectiva, e a partir da década de 1990 o debate passou a incorporar o termo nutricional, no âmbito da segurança alimentar e o direito humano a uma alimentação adequada.

A partir do ano 2006, políticas públicas são criadas como a Lei Orgânica Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que levou à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

O país se coloca como modelo de referência internacional dessa questão, saindo do *Mapa da Fome no ano de 2014*, conforme análises de dados da Organização das nações unidas feita pela ministra Tereza Campello no mesmo ano.

Buscando fundamentar o trabalho acerca das políticas públicas relativas à segurança alimentar, foi realizada uma pesquisa na literatura científica entre diversos autores. Acerca da evolução das políticas públicas relacionadas à alimentação no Brasil e sobre o problema alimentar no Brasil. Trata-se de um tema de suma importância se formos pensar na necessidade do desenvolvimento de uma nação mais justa e igualitária, alicerçado nos conceitos de dignidade humana, com disponibilização, dentre outros direitos, a uma alimentação saudável. “O acesso aos alimentos, sua qualidade, a quantidade e a cultura alimentar são elementos decisivos que as sociedades humanas possam alcançar bem-estar material e satisfação de suas necessidades culturais” (PREIS, SCHNEIDER, SOUZA; p. 9, 2020).

Somado a isso, o Estado, por meio de políticas públicas, pode ser um agente que atue no sentido de diminuir as desigualdades sociais, garantindo renda mínima para pequenos agricultores, além de incentivar boas práticas, como o cultivo de alimentos mais saudáveis e que tragam menos impactos ao meio ambiente. De acordo com González; Rojas e Souza

O Estado na qual todas as pessoas gozam, de forma oportuna e permanente, de acesso físico, econômico e social aos alimentos que necessitam em qualidade e quantidade, para seu adequado consumo e utilização biológica, garantindo-lhes um estado de bem-estar que coadjuva o desenvolvimento humano (apud INCAP, p.10. 1999).

Por tanto, o papel do Estado tem a função reduzir as diferenças, garantindo emprego e renda, ao mesmo tempo em que age para que as pessoas tenham um mínimo de dignidade, com a garantia de acesso a alimentos de qualidade.

2.2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O PROBLEMA ALIMENTAR

As considerações históricas são importantes, pois refletem a construção do reconhecimento da alimentação como direito humano básico. Assim Josué de Castro expressa:

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome (CASTRO, p.51. 2003).

Dentro da produção acadêmica sobre esse tema, a tese de doutorado de Maya Takagi da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, como também o Trabalho de Conclusão de Curso de Jéssica Arpino Madruga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abordam muito bem esse tema. Ações públicas de abastecimento podem contribuir de vários modos para promover a produção e distribuição dos alimentos de forma mais equitativa. Ao apoiar pequenos empreendimentos rurais dedicados ao cultivo, transformação e comercialização de produtos agroalimentares, amplia-se, ao mesmo tempo, a disponibilidade de alimentos de qualidade e menos onerosos, além de valorizar a diversidade de hábitos e de cultivos.

A contribuição das ações de abastecimento está relacionada ao acesso aos alimentos para todos os segmentos da população em condições apropriadas em termos de quantidade, qualidade e preço. Dentro desse escopo, destacam-se práticas de apoio à agricultura familiar, como a criação de mercados institucionais de compras de alimentos por programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (alimentação para hospitais, distribuição de cestas básicas), Programa de Alimentação Escolar (alimentação escolar). Para Valente:

Promover a Segurança Alimentar e Nutricional é uma responsabilidade coletiva da sociedade organizada em estado (governo, sociedade civil sem fins lucrativos e setor empresarial), que devem buscar articular as iniciativas governamentais (políticas, ações, programas) e não governamentais em políticas públicas capazes de garantir a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (VALENTE, p.1. 2001).

Dentro dessa mudança de paradigmas adotados aos longos dos anos, o conceito de segurança alimentar e nutricional brasileiro teve reconhecimento internacional, por incorporar o acesso a alimentos, sem abrir mão da qualidade: “ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, de modo coordenado com apoio às formas equitativas e sustentáveis de produção agroalimentar” (CONSEA, 2004, p. 18).

De modo contrário a isso, a produção de grãos, que utiliza grandes extensões de terra e tecnologia, além de não distribuir os resultados econômicos de forma democrática, é caracterizada pelo uso desenfreado de agrotóxicos na produtividade de alimentos, que acabam refletindo em problemas de saúde pública. Segundo Rocha (2020, p.37), “os impactos sobre a

saúde gerados pelos sistemas alimentares são graves e disseminados. Muitos dos riscos à saúde têm sua origem nas práticas industriais de cultivo e produção de alimentos.”

A análise histórica mostra que houve uma evolução na concepção de política alimentar, com a crescente importância do Estado promotor de desenvolvimento social, notadamente nos últimos anos. Pode-se citar também, como exemplo, uma prática adotada pela Administração do Município de Chiapetta, no Estado do Rio Grande do Sul, que, assim como em outros municípios, fez uma adaptação de programas nacionais. Há cinco anos, passou a compor parte das cestas básicas dos servidores municipais, aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. De acordo com Takagi (2006, p. 106), “os produtos da agricultura familiar passaram a ser utilizados em ações de segurança alimentar em programas municipais de fornecimento de alimentos”. Segundo Conti, o Programa de Aquisição de Alimentos:

PAA", também chamado de *Compra Direta*, é um programa de compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares e distribuídos a entidades civis sem fins lucrativos que os redistribuem às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar. Tem por objetivo estimular a pequena produção agropecuária familiar, através da compra do produto sem licitação, obedecendo um critério referencial de preço de mercado, não devendo ser nem superior, nem inferior (CONTI, p. 43. 2009).

Com isso, garantiu um mercado para pequenos agricultores, que estavam com dificuldades de obter renda certa, “ao promover a melhoria das condições de vida das famílias rurais, o estímulo à agricultura familiar é componente central no enfrentamento da elevada desigualdade social brasileira” (CONSEA, p. 24. 2004). Por outro lado, os servidores públicos passaram a receber produtos de melhor qualidade, livres de agrotóxicos. E o município teve visibilidade e reconhecimento por meio de uma política pública voltada ao servidor e à sua segurança alimentar.

Dessa maneira, as políticas públicas de aquisição de alimentos são importantes mecanismos de distribuição de renda, além de incentivar boas práticas, como alimentação de qualidade, com diminuição dos impactos ao meio ambiente. E os programas criados de forma nacional nortearam um caminho a ser seguido, podendo ser adotados e adaptados à nível estadual e municipal. Na opinião de Preis, Schneider e Souza, (2020, p. 71), o Estado é o ator mais poderoso na construção de sistemas alimentares saudáveis” (SONNINO, SPAYDE e ASHE, 2016 apud GRISA et al.,2020, p.71).

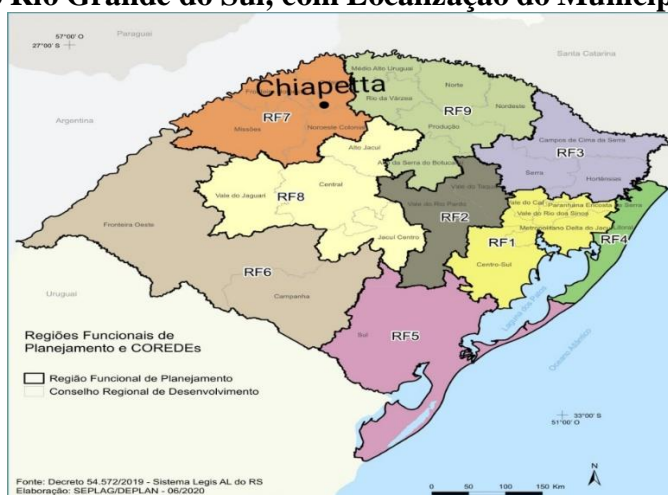
3 O MUNICÍPIO DE CHIAPETTA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados o campo de estudo da pesquisa o município de Chiapetta no estado do Rio Grande do Sul. Como também a construção dos procedimentos metodológicos e ferramentas de pesquisa que foram adotados na elaboração desta pesquisa. Além de apresentar como foram acessados e mobilizados os dados para a análise e elaboração/ construção dos resultados.

3.1 LOCAL DE ESTUDO

O município de Chiapetta, localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (conforme a figura 1), de acordo com último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui um total 4.044 habitantes, dos quais 2.175 vivem na zona urbana, o Município de Chiapetta, foi fundado em 1965, a partir de colonização alemã e italiana, sendo localizado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, microrregião de Ijuí (conhecida como Região Celeiro). Tem como municípios limítrofes Inhacorá, São Valério, Santo Augusto, Nova Ramada, Ijuí e Catuípe. Com uma área de 396.483,00 km², trata-se de um pequeno município com cerca de 4.000 habitantes, sendo 61% residente na área urbana e 39% residentes na rural. Ocupa a posição 191º no Índice de Desenvolvimento Humano (0,760 – IDHM, considerado alto). Tem sua economia baseada na pecuária e na agricultura, com sua principal fonte de rendimento a exploração de grãos (soja, trigo e milho) e a atividade leiteira.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul, com Localização do Município de Chiapetta-RS.



Fonte: Atlas socioeconômico e Regiões Funcionais Rio Grande do Sul (2020).

As terras que correspondem ao Município de Chiapetta, segundo a mais antiga divisão territorial do Estado do Rio Grande do Sul, de 1809, pertenceram inicialmente a Rio Pardo. Posteriormente, passou para o Município de Cruz Alta. A partir de 1873, com a emancipação de Santo Ângelo, passou a pertencer ao segundo Distrito, que tinha sua sede na localidade onde é hoje o Município de Catuípe. Quando Inhacorá foi alcançado à condição de distrito, Chiapetta passou a fazer parte deste, como sétimo Distrito de Santo Ângelo. A partir de 1936, recebeu a denominação de “Colonização Chiapetta.” (BRZEZINSKI, p. 10, 2005).

O nome Chiapetta vem do primeiro desbravador, Sr. Carlos Chiapetta, imigrante italiano, que adquiriu, em fins do século XIX, uma área de terras de seis léguas, composta por campos e matas, localizada na época no Município de Santo Ângelo, denominada Fazenda Monte Alvão. Posteriormente, os seus descendentes continuaram o seu trabalho, lançando um plano de criação de uma futura vila, que previamente planejada, começou a receber comerciantes, produtores rurais e prestadores de serviços, que impulsionaram o seu desenvolvimento e “Colonização Chiapetta” (BRZEZINSKI, p. 10, 2005).

Na colonização de Chiapetta, ironicamente iniciada por um italiano, teve o predomínio da etnia alemã. Alguns dos colonizadores que chegaram a partir de 1937 e se estabeleceram com suas famílias na sede da colonização ou arredores foram: Hentz, Weber, Konrad, dentre outros (BRZEZINSKI, p. 9, 2005).

A administração municipal conta com 304 (trezentos e quatro) funcionários, sendo a principal empregadora local. É junto a esses servidores que ocorreu a pesquisa e o desenvolvimento do trabalho resultante da coleta de dados.

A Política Pública municipal de distribuição de cestas básicas para os servidores municipais, com obrigatoriedade da inclusão de 30% (trinta por cento) de produtos oriundos da agricultura familiar foi implantada em 2017 e, portanto, possui cinco anos.

3.2 METODOLOGIA DE ESTUDO

Para alcançar os objetivos apresentados, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória. Demo (2003, p.19) afirma que Metodologia “(...) é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos.” A intenção é analisar a alimentação dos servidores através de entrevistas semi-estruturadas com os servidores municipais de todos os setores, verificando a influência da política pública sobre a alimentação dos servidores. Borges e Silva ressalta que “A

entrevista é uma técnica que se constitui em um instrumento eficaz na coleta de dados” (BORGES e SILVA; p.43, 2011).

Para a realização das entrevistas foram selecionadas pessoas que trabalham na administração municipal de Chiapetta- RS. A escolha ocorreu por convite endereçado diretamente aos servidores de todos os setores (Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria da Saúde, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura e Pecuária, Secretaria de Finanças e Planejamento), procurando reunir, a partir do processo de amostragem, as características gerais e percepções desses funcionários, com base na realização de entrevistas junto àqueles que aceitaram relatar como é sua alimentação no seu dia a dia, colaborando com o estudo e pela busca em demonstrar a importância desta política pública para uma alimentação mais saudável e nutritiva.

Além dos servidores, foram entrevistados o prefeito municipal, os secretários da Administração, Agricultura e Planejamento, além de representante da Emater, os quais possuem cargos de direção, sendo responsáveis pela iniciativa, viabilização e implementação dessa política de distribuição de cestas básicas aos servidores, ao mesmo tempo que ajuda, por meio de compras públicas, a manutenção de agricultores no campo, incentivando a diversificação na produção e a geração de renda.

3.2.1 Coleta de Dados

A coleta de dados desenvolveu-se de duas maneiras, por meio da entrevista semiestruturada, conforme apêndice A. Primeiramente, foi realizada, pessoalmente, na Secretaria de Infraestrutura, com treze servidores, e com um representante do Conselho Tutelar, além de, nos outros setores, com servidores que não se opuseram a fazer a entrevista de forma presencial. Também ocorreu de forma presencial com os formuladores da política pública acima referidos (secretária de Administração, secretário de Agricultura, secretário de Finanças, Chefe do Poder Executivo, Emater). Nos demais casos, os questionários foram disponibilizados em papel para que o entrevistado respondesse livremente, sem a influência do entrevistador.

No total, atingiu-se o número de 81 (oitenta e uma) entrevistas, 26,64 % (por cento) dos servidores da administração. Conseguiu-se entrevistar servidores de todos os setores, ou seja, de todas as secretarias existentes, além do Conselho Tutelar e das cinco entrevistas com os formuladores dessa política.

Quanto ao local da entrevista, ficou a critério do entrevistado, para que este escolhesse a forma que se sentisse mais à vontade para responder às perguntas. Buscou-se realizar a entrevista em locais onde o entrevistado tivesse a liberdade para relatar sua rotina diária. As entrevistas não foram gravadas pelo motivo de os servidores não se sentirem confortáveis com a gravação.

Buscando caracterizar o perfil dos servidores, calculando a idade dos 81 entrevistados, verifica-se que a média é de 44,8 anos. E que cinquenta e cinco (55) servidores, ou quase 68% do total, afirmaram que moram em Chiapetta desde que nasceram. Ao passo que vinte pessoas (quase 25%) disseram que, embora tenham nascido em outro Município, residem em Chiapetta há mais de vinte anos. E quatro pessoas (cerca de 5%) afirmaram que o tempo que fixaram residência aqui ficou entre dez e dezenove anos. Uma pessoa afirmou que mora aqui há menos de dez anos e uma pessoa referiu que mora em outra cidade. Setenta e cinco (75) entrevistados (mais de 92% dos que responderam às perguntas) declararam que moram em área urbana, ao passo que seis servidores disseram que moram na zona rural, conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1: Relação dos Entrevistados - Área Urbana X Área Rural.

Zona	Entrevistados	Total %
Rural	6	7%
Urbano	75	93%
	81	100%

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

3.2.2 Pesquisa de Campo

O trabalho de coleta de dados teve início a partir da primeira reunião com a orientadora e coorientadora no dia 09 de março de 2022. Na ocasião, ficou determinado que seria enviado o roteiro das entrevistas para uma avaliação das orientadoras, sendo que o prazo para a realização das entrevistas seria até o dia 05 de abril de 2022 (prazo final). Em 10 de março de 2022, foi encaminhado o roteiro das entrevistas para apreciação. Nesse mesmo dia, também foi solicitado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Chiapetta- RS uma lista atualizada dos servidores e de suas secretarias. No dia 14 de março de 2022, com o retorno do roteiro, com as contribuições e correções das orientadoras, foi comunicado o

Prefeito Municipal que se procederia ao início da pesquisa. A partir do recebimento da lista de servidores, começou-se a organizar a amostra de pessoas de cada secretaria.

As primeiras entrevistas aconteceram a partir do dia 15 de março de 2022. Ao abordar os primeiros entrevistados dentro da prefeitura houve uma negativa inicial, principalmente porque, ao explicar que se tratava de uma pesquisa de conclusão de curso e que seria desenvolvida uma análise a respeito da política pública de aquisição de produtos da agricultura familiar para os servidores, a resistência se deu ao fato de referir que as entrevistas seriam gravadas e depois transcritas. Informei que o entrevistado não seria identificado. Mas, mesmo assim, não houve consentimento¹. Com a recusa em gravar as entrevistas, procurou-se outro caminho. Então, foram aplicadas as perguntas por meio de um questionário, a fim de que, de maneira individual e sem intervenção da entrevistadora, respondessem. Esse questionário seguiu o roteiro das entrevistas conforme Apêndice A, o qual foi impresso e assim distribuído para as pessoas convidadas a participar do estudo e que aceitaram colaborar com a pesquisa.

A partir do dia 21 de março, foi solicitado e concedido cinco dias de férias, a fim de ter tempo maior para a realização das entrevistas. Dessa forma, dirigi-me até a Secretaria de Agricultura e Pecuária, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Assistência Social, a fim de convidar as pessoas que trabalham nestes locais, em cargos diversos, para responder ao questionário de forma individual, sem gravação. Foi esclarecido o objetivo da pesquisa e que se tratava apenas de uma pesquisa relativa aos produtos da agricultura familiar recebidos pela cesta básica.

Nas escolas localizadas na área urbana, foi conversado com as diretoras de cada estabelecimento e transmitido a importância e objetivo da pesquisa a respeito dos produtos da agricultura familiar ofertados na cesta básica dos servidores. Estas ficaram de repassar para os diversos cargos existentes em cada escola (professor, merendeira, monitor, servente, diretora). Para as duas escolas localizadas no interior do município de Chiapetta- RS, desloquei-me até as residências de pessoas que trabalhavam nesses locais e deixei com estas o questionário, marcando dia para o recolhimento dos mesmos.

¹ Em 16 de março, escrevi novamente para as orientadoras através da plataforma *moodle* para informar o ocorrido, sobre a resistência em gravar as entrevistas, e se poderia distribuir o questionário para quem aceitasse responder de forma individual, após assinar o termo livre esclarecido e de reafirmar o objetivo da pesquisa e de que se tratava somente a respeito dos produtos da agricultura familiar.

Na Secretaria de Infraestrutura, a segunda maior secretaria foi realizada a entrevista presencialmente com cada servidor convidado que aceitou responder. Durante os dias 21 a 25 de março, em todos os dias ocorreram os encontros com os servidores.

Como é uma secretaria em que se trabalha com o uso de maquinários, utilizados nas ruas e estradas, geralmente os funcionários trabalham realizando tarefas externas. Foi necessário, então, deslocar-me várias vezes até que fossem efetuadas todas as entrevistas.

Alguns entrevistados responderam de forma detalhada. No entanto, tiveram servidores que responderam de forma superficial, com respostas evasivas ou incompletas.

A última entrevista foi realizada no dia 08 de abril de 2022 no prédio onde funciona o Conselho Tutelar.

Com relação ao público alvo, o município de Chiapetta- RS conta com 304 (trezentos e quatro) servidores de acordo com o setor de recursos humanos, distribuídos conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Secretarias e Número total de Servidores do Município de Chiapetta-RS e Relação de Entrevistados Participantes da Pesquisa.

Secretarias			Total de Servidores	Nº de Servidores Entrevistados	Percentual de Entrevistados (%)
Secretaria de Desenvolvimento e Sustentável	Municipal	de Econômico	9	4	44%
Secretaria de Administração	Municipal	de	8	4	50%
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania			8	3	37,5%
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária			15	6	40%
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento			12	8	67%
Secretaria Municipal de Educação e Cultura			114	23	20%
Secretaria Municipal de Saúde			56	15	26,7%
Secretaria de Infraestrutura	Municipal	de	72	13	18%

Conselho Tutelar	5	1	20%
Gabinete do prefeito e do vice-prefeito	9	4	44%
Total	304 + 5 do Conselho Tutelar Total 309	81	

Fonte: RH Município de Chiapetta/RS (2022).

Depois da realização de todas as entrevistas, iniciou-se uma leitura dos questionários respondidos e em seguida, de maneira manuscrita, foi realizado um mapa mental com as respostas dos servidores de cada secretaria. Após isso, foi desenvolvida uma planilha em *Excel*, a fim de procurar traçar o perfil dos servidores que participaram da pesquisa, que, a partir do tamanho da amostra obtida, se mostrou representativa dos servidores de modo geral. Também se buscou avaliar a concepção dos servidores municipais de Chiapetta- RS sobre a política pública da cesta básica com produtos da agricultura familiar.

4 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E PADRÕES ALIMENTARES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Este capítulo está estruturado em 4 (quatro) seções. Na primeira seção serão apresentados os resultados da análise a influência da distribuição das cestas orgânicas nos padrões alimentares dos conforme as respostas dos servidores. Na segunda seção foi realizado um levantamento dos preços praticados nos três principais mercados existentes na cidade, relativamente aos produtos oriundos da agricultura familiar recebidos na cesta básica pelos servidores da prefeitura, tendo em vista ser uma resposta recorrente às perguntas dando conta da preocupação com a economia representada nas compras do mês ou de ganho que os produtos representam em seus rendimentos. Na terceira e última seção foi realizada a descrição, histórico da política pública e percepção dos formuladores da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar do município de Chiapetta-RS.

4.1 AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CHIAPETTA- RS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DA CESTA BÁSICA

Para essa análise, três questões foram fundamentais para verificar a influência da distribuição das cestas orgânicas nos padrões alimentares dos servidores, quais sejam: “Você acredita que a alimentação de sua família mudou após começar a receber este benefício? Caso positivo, poderia explicar como mudou?”; “Na sua concepção, acredita que você e sua família consomem uma alimentação adequada e saudável? Poderias explicar?”; e “O que mudou na rotina de sua família após começar a receber as cestas básicas da prefeitura?”.

Ao ser indagado cada servidor a respeito da sua alimentação e de sua família sobre a seguinte pergunta “Você acredita que a alimentação de sua família mudou após começar a receber este benefício? Caso positivo, poderia explicar como mudou?”.

Acerca desse ao questionamento, seis (6) entrevistados, ou aproximadamente 7,4% dos servidores que participaram da pesquisa, não responderam ao quesito. Para oito (8) pessoas (cerca de 10%), não houve mudança na sua alimentação e da sua família, uma vez que já tinham o hábito de consumir esses alimentos. Ao passo que para cinco (5) servidores, em torno de 6% dos entrevistados, embora tenham referido que não houve mudanças substanciais, acabaram referindo que passaram a consumir esses produtos com mais

frequência, os quais, segundo eles, não o faziam pela falta de tempo necessário para ir comprar ou preparar, além da questão financeira, pois precisavam despende recursos para adquirir aquilo que hoje é disponibilizado através do Programa da Cesta Básica. Então, tendo em vista a aparente contradição nas respostas, pode-se inferir que houve mudança. E, para cinquenta (50) servidores (por volta de 62% dos servidores entrevistados) responderam que melhorou a alimentação, de maneira geral, com fornecimento dos alimentos entregues na cesta básica recebida mensalmente. E, para doze (12) pessoas (ou quase 15% do total de entrevistados), embora a pergunta tenha sido sobre a melhoria na alimentação, se ativeram principalmente à questão financeira. Ou seja, para eles, esses produtos representam um ganho financeiro, demonstrando que estavam mais atentos à questão do equivalente em dinheiro que esses alimentos representariam se fossem comprados. Essas pessoas, portanto, se preocuparam com o aumento no salário que esses alimentos alcançam, como se os produtos constituíssem um valor a mais incorporado aos seus rendimentos. Não estavam tão vinculados à questão nutricional, mas sim com ao valor econômico. No entanto, seis entrevistados relataram que adquiriram o hábito de consumir mais saladas, depois de receber este benefício, o que representa outro aspecto positivo relevante, além da questão meramente financeira.

Conforme a tabela 2, com base na análise desses percentuais, pode-se verificar que, excluindo-se aqueles que se abstiveram seis (6) entrevistados, e os que referiram apenas o ganho financeiro Doze (12) entrevistados, mesmo que esse ganho financeiro tenha contribuído para a segurança alimentar, somando-se os percentuais dos que disseram que a alimentação não mudou, mas passaram a consumir alimentos mais saudáveis, o que demonstra sim mudança positiva, obtêm-se um total de cinquenta e cinco (55) pessoas que falaram que melhorou. E que, para oito (8) pessoas, não houve mudanças.

Tabela 2: Relação se Houve ou não Mudanças na Alimentação dos Servidores e de sua Família com o Fornecimento da Cesta Básica

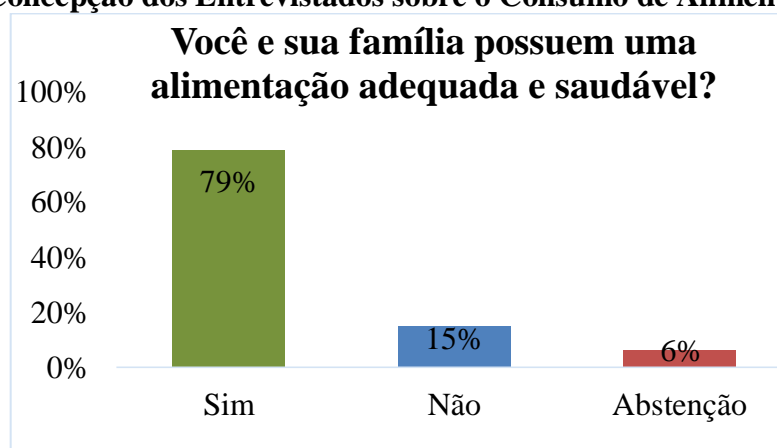
Relação de mudanças ou não na alimentação	Total de entrevistados	Percentual (%)
Melhorou a alimentação	55	68%
Não houve mudança	8	10%
Houve ganho financeiro	12	15%
Abstenção	6	7%
Total	81	100%

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Conforme o gráfico 1 sobre a segunda questão abordada: "Na sua concepção, acredita que você e sua família consomem uma alimentação adequada e saudável? Poderias explicar?" Cinco (5) entrevistados não responderam essa pergunta, ao passo que doze (12) entrevistados representando quinze por cento (15%) declararam que não se alimentam de forma adequada e saudável, sendo os motivos citados foram a correria do dia a dia, que os leva a consumir produtos industrializados, apontados como mais fáceis e rápidos de serem consumidos, bem como pelos seus próprios hábitos, referido por eles como errados. Também foi citado como receio em consumir produtos de origem vegetal, em razão de notícias veiculadas nos meios de comunicação e na própria comunidade, que dão conta do alto uso de agrotóxicos. Portanto, essas pessoas acreditam que inclusive os alimentos oriundos da agricultura familiar são contaminados pela utilização de defensivos agrícolas, sem qualquer distinção em relação à monocultura tradicionalmente produtora de grãos que faz realmente o uso massivo de agrotóxicos.

De outra banda, para a maior parte das pessoas entrevistadas, sessenta e quatro (64) servidores representando mais de setenta e nove por cento do total (79%), a afirmação era de que se alimentam de forma adequada e saudável. Desses, trinta e um (31) servidores apenas responderam de forma afirmativa, sem apresentar justificativa para a resposta. Quanto aos demais, trouxeram como argumento o fato de já incluir frutas e verduras na alimentação, de forma diversificada. Inclusive, demonstraram a percepção de que os alimentos são mais saudáveis aqueles oriundos da agricultura familiar. Ainda, para alguns, o fato de preparar o próprio alimento em sua casa é tido como hábito saudável, que traz benefícios para a saúde. A comida caseira, portanto, é vista por eles como uma forma de alimentação adequada e saudável.

Gráfico 1: Concepção dos Entrevistados sobre o Consumo de Alimentos Saudáveis.

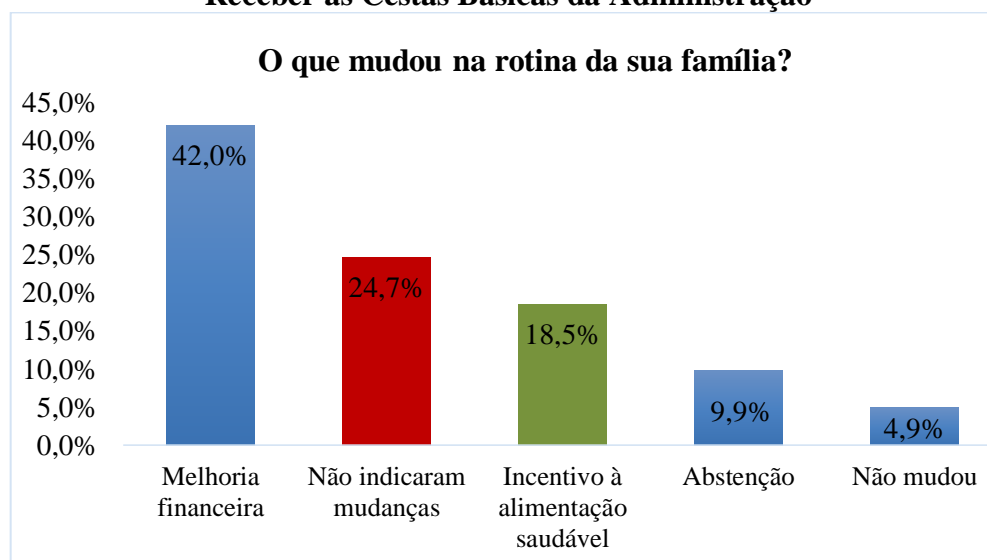


Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Conforme o gráfico 2, a partir das respostas da terceira questão levantada a ser analisada foi "O que mudou na rotina de sua família após começar a receber as cestas básicas da prefeitura?". Dos 81 entrevistados, seis (6) servidores responderam que nada mudou na sua rotina após começar a receber esse benefício da prefeitura. Do total de entrevistados, sete (7) pessoas não responderam, deixando a pergunta *em branco*, representando sete por cento (7%) dos entrevistados. Por outro lado, vinte (20) pessoas não apontaram mudanças positivas ou negativas, representando vinte e cinco por cento (25%) dos entrevistados. Para quinze (15) pessoas, representando dezanove por cento (19%) houve mudanças, pois foram incentivados a consumir com mais frequência salada, que a alimentação, portanto, tornou-se mais saudável, ao mesmo tempo em que disseram que os produtos foram uma espécie de propaganda, uma vez conheceram melhor a produção local, acabando por adquirir mais produtos desses produtores, além daqueles que recebem na cesta.

E trinta e quatro (34) servidores se preocuparam novamente com a questão econômica, representando quarenta e dois por cento (42%) referindo que o fornecimento dos alimentos faz com que o valor equivalente represente o tanto que deixaram de gastar no supermercado, percebendo isso como se fosse um *plus* no seu salário. Verificou-se, a partir das respostas, para esses servidores é importante receber o auxílio, pois o benefício contribui nas despesas do mês, o que é mais importante para eles do que eventual alteração nos hábitos alimentares, embora haja pessoas que referiram que como aspecto positivo a inclusão de verduras e legumes no cardápio alimentar da família. Para vinte (20) pessoas, ou seja, dezoito vírgula cinco por cento (18,5 %) dos servidores entrevistados, ocorreu mudança nos hábitos alimentares, com o consumo de mais saladas. Por tanto, passaram a ter uma alimentação mais saudável. Quinze (15) entrevistados, ou vinte e quatro vírgula sete por cento (24,7 %), não indicaram mudanças na rotina da família, respondendo, por exemplo com as seguintes expressões: "mais feliz e satisfeita," "cesta veio para somar", "mais alimentos na nossa mesa", "complemento alimentar", dentre outras. Nove vírgula nove por cento (9,9%) dos servidores entrevistados não responderam a pergunta, deixando-a *em branco*. Ao passo que quatro vírgula nove por cento (4,9%) dos servidores que participaram da pesquisa responderam que não mudou nada na rotina da sua família com o recebimento da cesta básica.

Gráfico 2: Mudança na Rotina da Família do Servidor Entrevistado Após Começar a Receber as Cestas Básicas da Administração



Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Outro ponto importante que se pode verificar, ainda, a partir das respostas obtidas na pesquisa, é que a percepção de que o programa trouxe mudanças para Chiapetta-RS, destacando que a produção local está sendo consumida dentro do próprio município, além da mudança de hábitos de consumo de boa parte da população, garantia de renda aos agricultores familiares, incentivo aos agricultores permanecerem no campo, consumo de alimentos sem agrotóxicos, dentre outros, citaram os formuladores ao serem questionados.

A questão de que os benefícios do programa de compras públicas se fizeram notar, além da questão da alimentação saudável e do incremento financeiro na economia familiar direta de cada servidor, foi referido por estes a importância da geração de renda obtida pelo programa, com o aumento do giro de recursos, que se faz notar no comércio de modo geral, que contribui para o aumento dos empregos, advindo do aumento do poder aquisitivo e do consumo das pessoas.

Nesse sentido, os servidores, respondendo à pergunta se programa havia trazido mudanças para o município, conforme apresentado no gráfico 3. Todos estes afirmaram que elas ocorreram e que as mudanças foram positivas. Trinta e oito (38) servidores entrevistados (47%) citaram como benefícios do programa o incentivo aos produtores rurais (ou à agricultura familiar), com o seu fortalecimento, com a contribuição para a permanência destes no campo, com a sua valorização, com a geração de renda ou com a obtenção de renda extra pelos trabalhadores rurais. Ainda, foi citada a importância da agricultura familiar para a economia local, facilitado com a abertura de mercados feito por meio do programa de

compras públicas. Ainda foi referido que o programa representaria o compromisso da administração municipal com os seus agricultores, com a economia local e com outros municípios. Outrossim, foi referido que os agricultores poderiam utilizar parte da renda obtida para o incremento da produção, oportunizando-os investir na propriedade para melhorar a qualidade dos produtos.

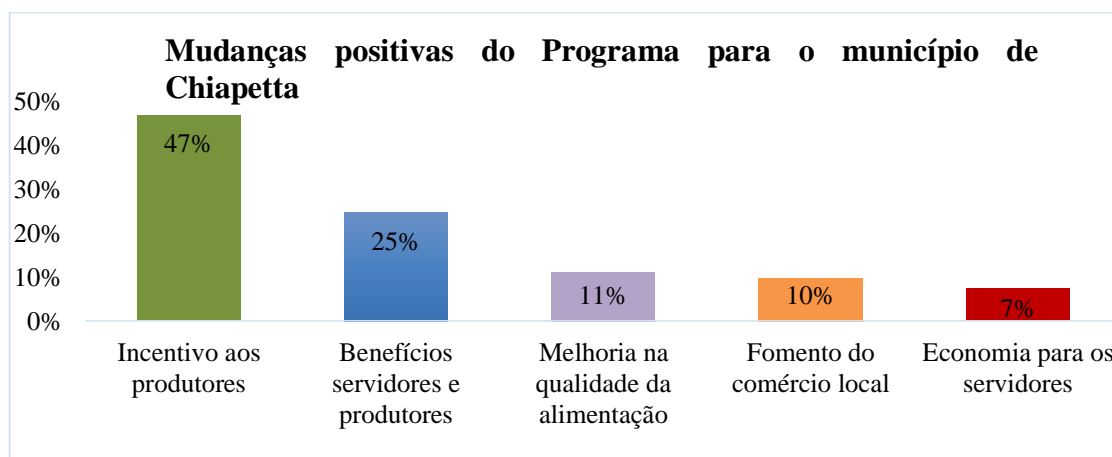
Ainda, oito (8) pessoas entrevistadas (10%) disseram que o programa de aquisição de cestas básicas com produtos oriundos da agricultura familiar promoveu o fomento (ou incentivo) do comércio local, pois teria aumentado a circulação de dinheiro na economia, gerando mais empregos, além de facilitar o acesso de muitas famílias aos alimentos básicos. Foi citado que isso se reflete também em mais arrecadação de tributos para o Município.

Por outro lado, nove (9) servidores (pouco mais de 11%) focaram mais na questão da qualidade dos alimentos. Que o programa contribuiria, segundo eles, para o consumo de alimentos de maior qualidade, auxiliando na mudança alimentar dos servidores. Termos como “qualidade de vida”, “acesso à alimentação saudável”, “comer mais verduras” foram mencionados. Ainda foi dito que pessoas que ganham menos não teriam condições de comprar saladas, estando assim lhes assegurado, com isso, a garantia à alimentação básica.

Para seis (6) pessoas entrevistadas (mais de 7%), o foco das respostas, em relação às mudanças que o programa trouxe para o município, estava mais centrada na economia obtida pelos servidores, principalmente em face dos preços dos alimentos. Que houve, segundo eles, diminuição dos gastos dos servidores beneficiados, ajudando-os no sustento de suas famílias.

Entretanto, vinte (20) servidores (25%) citaram ainda que os benefícios foram mútuos, tanto para os servidores quanto para os agricultores. Foi dito nas respostas que o fornecimento dos alimentos representa a valorização do servidor e do agricultor, pois traz renda para os agricultores e economia para os servidores. Que ocorreu também, com o incentivo à agricultura familiar, a facilitação do acesso das pessoas da área urbana aos produtos coloniais. Foi referido, ainda, que o programa ajuda as pessoas na alimentação, ao mesmo tempo em que ajuda a quem vende, uma vez que auxilia na alimentação familiar do funcionário, trazendo, como consequência, a segurança para os agricultores que passam a ter um mercado certo, para escoar sua produção. Que o programa “trouxe benefícios para as famílias mais carentes, com reflexos no lado financeiro dos fornecedores, com a valorização da alimentação saudável, ao mesmo tempo em que incentiva os pequenos agricultores”.

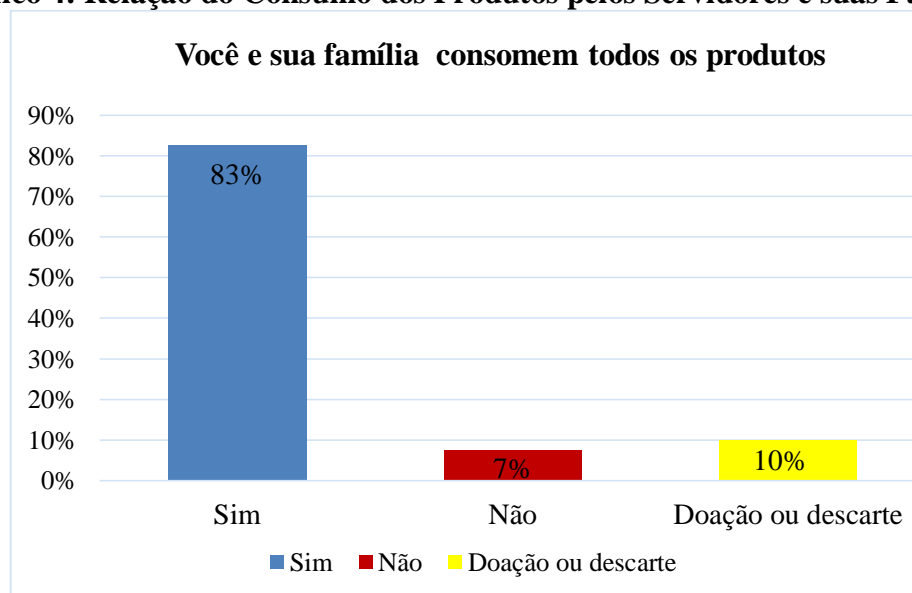
Gráfico 3: Mudanças Positivas do Programa para o Município de Chiapetta-RS



Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Outrossim, houve respostas bastante completas, que demonstram consciência da importância das políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social, como a seguinte: “política pública que gera renda aos agricultores familiares que produzem alimentos e contribui com a sua permanência no campo, assim como a abre mercados e garante a renda dos produtos, beneficiando os servidores e seus familiares com alimentos de excelência” (relato de entrevista de campo). Levando-se em consideração que foram unânimes as respostas no sentido de que o programa trouxe mudanças para o Município de Chiapetta – RS e que essas mudanças foram positivas. No entanto, verificou-se que, embora fosse exaltado o programa de maneira geral como positivo, com o desejo de que fosse mantido, foram pontuadas algumas críticas a alguns produtos ou aspectos do programa, bem como sugestões para ampliação, exclusão ou inclusão de produtos.

Em relação ao consumo dos produtos pelos servidores e suas famílias, conforme o gráfico 4. Sessenta e sete (67) entrevistados (83%) disseram que consomem todos os alimentos. Para seis (6) entrevistados, ou seja, sete por cento (7%) responderam que não consomem todos os alimentos e oito (8) entrevistados, dez por cento (10%) responderam que as verduras eram impróprias para consumo e que as que não eram consumidas eram doadas ou descartadas.

Gráfico 4: Relação do Consumo dos Produtos pelos Servidores e suas Famílias

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

Ao serem indagados a respeito dos produtos recebidos se tenha algum que gostariam de receber a mais ou algum que não esteja na cesta, conforme o quadro 1. Sessenta e sete por cento (67%) dos entrevistados manifestaram o desejo de inclusão ou mesmo aumento de quantidade de alguns itens, conforme se verifica na tabela a seguir. Enquanto em vinte por cento (20%) das respostas, houve até sugestão de exclusão de produtos.

Quadro 2: Lista de Produtos para Inclusão ou Exclusão, Conforme a Resposta dos Servidores do Município de Chiapetta-RS

Lista produtos para acrescentar ou aumentar quantidade	Lista produtos para receber menos ou não receber
mais ovos; mais saladas; mais filé de peixe; mais batata doce; inclusão de frutas da estação; inclusão de mel; inclusão de tomate; inclusão cebola; inclusão de suco feito por agroindústrias, inclusão de cuca e bolacha; inclusão de cenoura e beterraba; inclusão de peito ou carne de frango	Menos verduras; Menos mandioca; Menos massas; Menos batata doce; Menos moranga.

Fonte: Pesquisa de campo, (2022).

4.2 VALOR ECONÔMICO DOS PRODUTOS

Foi realizado um levantamento dos preços praticados nos três principais mercados existentes na cidade, relativamente aos produtos oriundos da agricultura familiar recebidos na cesta básica pelos servidores da prefeitura, no dia 08 de abril de 2022, conforme a tabela 3. Tendo em vista ser uma resposta recorrente às perguntas dando conta da preocupação com a economia representada nas compras do mês ou de ganho que os produtos representam em seus rendimentos, a fim de verificar o que poderia constituir efetivamente em espécie o equivalente aos produtos oriundos da agricultura familiar recebidos.

Tabela 3: Comparativo Preço dos Produtos da Agricultura Recebidos na Cesta Básica X Valor nos Mercados Locais

Produtos recebidos na Cesta Básica	Supermercado* 1	Supermercado* 2	Supermercado* 3
1 Kg de mandioca descascada, congelada e embalada à vácuo	R\$ 6,90	R\$ 7,79	R\$ 6,99
1 Kg de batata doce	R\$ 3,99	R\$ 3,99	R\$ 2,99
1 Unidade repolho	R\$ 9,90 unidade	R\$ 2,49 kg	R\$ 5,49 Kg
1 Unidade Alface	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00
1 Maço de Tempero Verde	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00
2 Bandejas de massa caseira 500 gramas cada	R\$ 6,90	---	R\$ 8,39
1 Kg de peixe congelado (tilápia)	R\$ 50,00	R\$ 62,48	R\$ 53,98

Fonte: A autora. Pesquisa feita nos supermercados locais, (2022).

Os produtos oriundos da agricultura familiar são perecíveis, o que, geralmente, faz com que possuam variação conforme principalmente a conjuntura climática, períodos de safra, bem como entre estabelecimentos comerciais até da mesma cidade ou região. Com relação à economia representada somente com os produtos da agricultura familiar, principalmente quando são contemplados com *filé de tilápia*, separando os itens com menores preços de cada supermercado, chegou-se ao valor R\$ 78,57 (setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), o que representa 10,7% do valor da cesta básica do Rio Grande do Sul, segundo o *Dieese* (data 13 de maio de 2022), e 6,5% do salário mínimo nacional no ano de 2022.

Ocorre que o *filé de tilápia* não aparece todos os meses na cesta básica. Sua frequência é variável, dependendo principalmente da discricionariedade do chefe do executivo municipal. Mas estabeleceu-se que, por recomendação da nutricionista servidora do Município, esse alimento conste na lista de produtos pelo menos três vezes ao ano.

Entretanto, não só de alimentos oriundos da agricultura familiar é composta a cesta básica recebida pelos servidores. Existem outros que, embora tenham algum nível de industrialização, são alimentos não-perecíveis, tidos como essenciais, conforme a tabela 4. Ao contrário dos alimentos perecíveis, estes itens possuem pouca variação de preço nos supermercados, principalmente se comparados às mesmas marcas. Então, optou-se por fazer o preço médio desses produtos, conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Preço Médio dos Produtos Não-Perecíveis Recebidos pelos Servidores Municipais de Chiapetta- RS

Produtos não-perecíveis que não fazem parte da agricultura familiar	Valor Unitário (médio) (entre os supermercadistas da cidade)	Soma (R\$)
2 Kg de feijão	R\$ 8,50	R\$ 17,00
1 Kg de sal	R\$ 2,60	R\$ 2,60
2 un de óleo de soja 900ml	R\$ 10,00	R\$ 20,00
Pc. 1kg de farinha de milho	R\$ 2,15	R\$ 2,15
Pc. 5kg de farinha de trigo	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Pc. 5kg de açúcar	R\$ 20,00	R\$ 20,00
2 Pc. 5kg de arroz	R\$ 19,00	R\$ 38,00
Soma Total		R\$ 119,75

Fonte: A autora. Pesquisa realizada nos mercados locais, (2022).

A partir da análise desses dados, verifica-se que, somados os valores pesquisados relativos a todos os produtos, obtêm-se um total de R\$ 198,32, ou seja, quase R\$ 200,00 (duzentos reais). Tendo em vista o contexto atual de inflação, notadamente em relação aos alimentos, percebe-se que esse valor é bastante representativo, sendo de muita ajuda principalmente em relação aos servidores que possuem os padrões salariais mais baixos do

quadro funcional. Por isso, a referência financeira é tão frequente nas respostas das entrevistas.

Com base nessa pesquisa de preços feita nos principais estabelecimentos comerciais da cidade, resolvi fazer uma análise para verificar se, efetivamente, o programa está atingindo aquilo a que se propõe, que é o de destinar 30% das compras da cesta básica dos servidores para produtos oriundos da agricultura familiar. Pode ser verificado que esse percentual chega a 40% (quarenta por cento), quando presente na lista o *filé de tilápia*, que é o item mais referido nas respostas. No entanto, o percentual tem uma queda acentuada, para cerca de 19% (dezenove por cento), quando ausente este produto.

Ainda, o valor total da cesta também cai bastante, para aproximadamente R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), sem o *filé de tilápia*, um decréscimo em torno de 25% (vinte e cinco por cento), arredondando os números. Não é por nada que o *filé de tilápia* é tão celebrado entre os servidores, como se extrai nas suas respostas, pelo seu valor agregado, bem como por ser um produto de grande qualidade, conforme mencionado várias vezes por estes. Eu mesmo como servidora pude constatar que é um ótimo produto, vindo, embora congelado, fresco e sempre em boas condições de armazenamento e qualidade.

Haja vista a grande diferença dos percentuais, a fim de verificar a aplicação dos 30% pretendidos, seria mais adequado fazer o cálculo anual, levando-se em consideração a presença mínima do *filé de tilápia* na cesta de três vezes ao ano. Diante disso, temos o seguinte:

- a) soma dos produtos não-perecíveis que compõem a cesta dos servidores recebidos durante um ano por cada servidor = R\$ 1.428,00 (hum mil e quatrocentos e vinte oito reais);
- b) soma dos produtos oriundos da agricultura familiar que compõem a cesta dos servidores recebidos durante um ano por cada servidor, levando-se a presença mínima do *filé de tilápia*, que é de três vezes ao ano = R\$ 492,84 (quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Analisando sob essa perspectiva, tem-se um percentual de 34,5%, o que nos leva à conclusão de que o percentual de 30%, que deveria ser aplicado na compra pública de produtos oriundos da agricultura familiar, foi superado consoante projetado pelos idealizadores do projeto.

É importante mencionar que, eventualmente, aparecem outros produtos, além dos listados acima, exemplificados nas figuras 2, 3 e 4 como, por exemplo, no mês de junho de 2022, fez parte da cesta básica uma bandeja de morangos de 250g, avaliado, nesta época do

ano, em cerca de R\$ 10,00. Entretanto, não foi colocado no cálculo por ser uma inclusão recente e não haver certeza da sua manutenção.

Figura 2 Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Abril de 2022



Fonte: A autora, (2022).

Figura 3: Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Maio de 2022



Fonte: A autora, (2022).

Figura 4: Produtos da Agricultura Familiar Recebidos pelos Servidores em Junho de 2022



Fonte: A autora, (2022).

4.3 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA, HISTÓRICO E PERCEPÇÃO DOS FORMULADORES

4.3.1 Descrição da Política Pública

De acordo com a Lei Municipal N° 245/2001 os servidores integrantes do quadro de pessoal do município, ativos, inativos, integrantes do Conselho Tutelar, Agentes Comunitários de Saúde e contratados recebem mensalmente uma Cesta Básica de Alimentos. Embasada no plano de fundo do “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” a Administração Municipal busca complementar a cesta básica dos servidores municipais de Chiapetta- RS, com aquisição de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar, estimulando o consumo de alimentos seguros, ampliando o acesso de alimentos e promovendo a segurança alimentar. Ressalta-se também o fortalecimento da agricultura familiar no município contribui para geração de emprego, renda e justiça social, através de um desenvolvimento rural local inclusivo, com a geração de renda para pequenos agricultores.

O programa tem como objetivo geral incentivar a permanência de pequenos agricultores familiares no campo, dando alternativas de produção e garantia de mercado aos

produtos cultivados. Fazer com que os recursos destinados ao projeto fiquem e circulem no Município, beneficiando, indiretamente, mais pessoas, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental, estimulando práticas alimentares e estilos de vida mais saudáveis aos servidores.

Dentre os objetivos específicos da política pública está a qualificação da cesta básica e alimentação dos servidores e de suas famílias através de produtos oriundos da agricultura familiar, assegurando o acesso de alimentos com maior qualidade, fortalecendo os agricultores familiares, incentivando a diversificação e garantindo mercado aos produtos produzidos, promovendo o desenvolvimento local através de cadeias curtas com fornecimento do agricultor direto ao consumidor (servidor).

Os requisitos necessários para habilitar a ser agricultor/fornecedor estão detalhados no quadro 2, a seguir.

Quadro 3: Documentos Necessários para Habilitação Agricultor e Fornecedor

Agricultor	Fornecedor
<ul style="list-style-type: none"> - Comprovante cadastro de pessoa física; - Extrato da DAP física do agricultor familiar emitido nos últimos trinta dias no município de Chiapetta- RS; - Termo de declaração assinada que não entrega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme Lei Federal N° 9.854 de 27 de Outubro de 1999; - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for caso; - A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada ao projeto de venda; - Certidão negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos com o município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comprovante de inscrição, no cadastro de pessoa física; - Extrato da DAP, física, de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos trinta dias neste município; - Termo de declaração assinada de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme Lei Federal N° 9.854 de 27 de Outubro de 1999; - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for caso; - A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada ao projeto de venda; - Certidão negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos com o município; - Produtos processados em agroindústrias familiares deverão apresentar documentos que comprovem a sua legalidade junto ao órgão de vigilância.

Fonte: Secretaria de Finanças e Planejamento, (2022).

Os agricultores interessados em fornecer alimentos deverão se cadastrar junto a Prefeitura Municipal de Chiapetta. E os agricultores fornecedores deverão oferecer produtos de qualidade prevalecendo sistemas de produção agroecológica.

O processo licitatório é realizado através de “Chamada Pública” para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, cuja duração é de quatro meses.

Inicialmente, são orientados os agricultores no sentido de verificar quais produtos vão estar disponíveis, respeitando as respectivas épocas de plantio e colheita, para que, em seguida, seja elaborada a relação dos produtos. Após, é feita uma pesquisa de preços em dois mercados locais, bem como, aleatoriamente, com um agricultor, a fim de que seja gerada uma média dos preços. Em seguida, é publicado o edital de Chamada Pública. Por último, os agricultores entregam as suas propostas, dentro de um envelope devidamente fechado.

A entrega da cesta básica ocorre de forma mensal na segunda sexta-feira de cada mês. O número varia de acordo com número de funcionários (rescisão de contrato, servidor que não tenha trabalhado vinte dias no mês), em média 280 cestas mensais. Município disponibiliza também um caminhão baú que auxilia os agricultores na busca dos produtos nas respectivas propriedades, sem nenhum custo ao produtor.

O pagamento é realizado em até 30 dias após a última entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado. O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária indicada pelo contratado.

4.3.2 Histórico de Implantação do Programa

O programa existente no município de Chiapetta- RS tem com embrião e está baseado na Lei Municipal Nº 245/2001, que prevê a possibilidade de fornecimento de uma cesta básica de alimentos de até trinta quilos aos servidores do quadro pessoal, ativos e inativos, integrantes do Conselho Tutelar e Agentes Comunitários de Saúde, que tenham no mínimo vinte dias de efetividade.

De acordo com os formuladores, tendo esse embasamento legal, o programa decorre de uma antiga reivindicação dos servidores em receber uma cesta mensal de produtos de gêneros alimentícios. E o seu atual formato foi viabilizado, num primeiro momento, a partir da estruturação dos agricultores, em 2015, por meio do programa chamado *projeto estufas*,

em que foram distribuídas estufas para agricultores, que já cultivavam hortaliças, bem como para novos agricultores familiares, que quisessem em diversificar a produção.

Em 2017, foi implantado então pelo poder executivo municipal o programa, beneficiando cada servidor com uma complementação da cesta básica com produtos da agricultura familiar, ao mesmo que tempo que dava condições dos agricultores, estruturados com o *projeto estufas*, escoar a sua produção.

No quadro 3, é possível verificar a evolução das compras da Agricultura Familiar realizadas pelo município de Chiapetta- RS desde que o programa foi implantado até o presente momento com produtos que foram distribuídos nas cestas básicas recebidas pelos servidores mensalmente.

Quadro 4: Evolução das Compras Públicas da Agricultura Familiar Realizadas pelo Município de Chiapetta/RS

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (até março)
Valores das Compras (R\$)	47.413,80	41.336,29	157.228,81	168.078,00	160.228,46	34.442,00

Fonte: Secretaria de Finanças e Planejamento, (2022).

4.3.3 Percepção dos Formuladores sobre a Política Pública de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Município de Chiapetta

Os setores envolvidos são a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pecuária, Secretaria de Administração, Secretaria de Finança através do setor de compras, Secretaria de Infraestrutura, responsável pela logística, e Emater, que se dedica ao planejamento produtivo.

Após a realização da primeira etapa de entrevistas com os servidores, em um segundo momento, procurou-se ouvir os formuladores da política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar para complementar a cesta básica dos servidores públicos municipais de Chiapetta- RS. Foi ouvida a Secretária da Administração, o Secretário de Finanças, o Secretário de Agricultura, o Prefeito Municipal e o representante da Emater/Ascar de Chiapetta.

De acordo com engenheiro agrônomo e chefe de escritório municipal da Emater, Dhonatha Rigo, o programa teve como com antecedente um programa implantado em 2015,

chamado *projeto estufas*, em que foram distribuídas dez estufas, sendo uma para escola rural do município, outras duas para dois agricultores familiares que já cultivavam hortaliças, e as outras setes estufas foram dadas para novos agricultores, que se mostraram dispostos a diversificar a produção. Depois de implantadas, foi necessário dar condições para escoar o que estava sendo produzido. Para o secretário de Finanças, Romildo José Feyh, a preocupação em 2017 era buscar mercado para as agroindústrias e para a produção dos pequenos produtores familiares.

Segundo a Secretária de Administração, Luana Barbara da Rosa Pitol, o programa teve início através de tratativas junto à Emater, à Secretaria de Agricultura e aos produtores rurais, para se aferir a viabilidade de concretização do programa aqui no município. Para o prefeito reeleito, Éder Luís Both, tudo começou com a reivindicação dos servidores para receber cestas básicas mensalmente. A fim de canalizar os esforços direcionados para aproveitar a produção local, seguiu-se a sugestão da Emater em acrescentar os produtos agricultura familiar, beneficiando, além dos servidores, os agricultores.

Respondendo então ao questionamento acerca dos motivos que levaram município de Chiapetta- RS criar este programa na concepção dos formuladores da política pública, os formuladores emitiram as seguintes respostas, conforme descrito no quadro 4.

Quadro 5: Motivos que Levaram Município de Chiapetta-RS Criar este Programa na Concepção dos Formuladores da Política Pública

Entrevistado A	“Resolver problema de excesso de produção de alimento, escoar o que estava sendo produzido depois da implantação do <i>projeto estufas</i> ”.
Entrevistado B	“Benefício dos agricultores familiares, valorização dos servidores e estímulo alimentação saudável”.
Entrevistado C	“Tentar mudar a alimentação dos servidores para consumo de alimentos mais orgânicos e saudáveis”.
Entrevistado D	“Total incentivo aos produtores rurais do município, geração de renda e incentivo a alimentação sem agrotóxico”.
Entrevistado E	“Procurando mercado para os produtos da agricultura familiar e das agroindústrias, incentivando aos pequenos agricultores, também melhorar a qualidade alimentos entregues aos servidores e com isso mais produtos da agricultura familiar”.

Fonte: A autora, dados de pesquisa de campo, (2022).

Nas respostas, verifica-se que o foco está voltado também ao fortalecimento da agricultura familiar no município, contribuindo para geração de emprego, renda e justiça social, através de um desenvolvimento rural local inclusivo, com a geração de renda para pequenos agricultores.

Com relação às mudanças para o município, apresentados no quadro 4. Pode-se verificar que os entrevistados exaltaram o programa, valorizando os benefícios trazidos aos servidores, principalmente para a sua qualidade de vida e de sua família, ao mesmo tempo contribui para permanência dos pequenos agricultores no campo.

Quadro 6: Mudanças para o Município de Chiapetta-RS, Segundo os Formuladores

Entrevistado A	“Sim, uma alimentação mais saudável para os servidores, incentivo aos agricultores familiares para permanecer no campo”.
Entrevistado B	“Sim, primeiro os hábitos de consumo para boa parte da população, garantia de renda aos agricultores familiares”.
Entrevistado C	“Sim, incentivos aos produtores, gerando renda aos mesmos, aumentando mão-de-obra, alimentos sem agrotóxicos e também fez com que os mesmos têm suas entregas no comércio local e regional”.
Entrevistado D	“Sim, além de ajudar as famílias dos funcionários, a segurança dos agricultores que terão fornecimento certo podem investir na propriedade para melhorar a qualidade dos produtos”.
Entrevistado E	“Ponto positivo garantir que a produção local seja consumida aqui, viabilidade conjunto agricultores e visibilidade produção de alimentos”.

Fonte: A autora, dados de pesquisa de campo, (2022).

Por outro lado, os formuladores, demonstrando não se tratar de um programa que esteja completamente pronto, apresentaram sugestões, conforme alguns relatos de entrevista, apresentados no quadro 6. A fim de que fosse ampliado e aperfeiçoado, inclusive, com a intenção de valorizar e adquirir mais produtos da agricultura familiar, além dos percentuais a que o programa se destinava inicialmente.

Quadro 7: Sugestões dos Formuladores do Programa para o Aperfeiçoamento do Programa

Entrevistado A	“Para haver uma boa qualidade nos produtos. Garantia de qualidade”
Entrevistado B	“Mais variedade de produtos, valorização das agroindústrias pelos órgãos competentes”.
Entrevistado C	“Poderia acrescentar produtos diversificados, respeitando o período plantio de cada cultura”.
Entrevistado D	“Ajustado, sempre melhorar e procurar novas alternativas”.
Entrevistado E	“Comprar 100 % da agricultura familiar. Institucionalizar como lei. Aumentar a escala. Dar espaço para agroindústrias da região (entre municípios). Por outro lado, incluir mais servidor na tomada de decisão”.

Fonte: A autora, dados de pesquisa de campo, (2022).

Acerca das influências trazidas para outros municípios e instituições, conforme o quadro 7. Ficou demonstrado o sucesso do programa, servindo a iniciativa de exemplo a ser seguido. Conforme os formuladores, houve grande procura, de interesse de outros municípios e instituições demonstrando a importância do programa no desenvolvimento local, promovendo segurança alimentar para servidores municipais.

Quadro 8: Influência do Programa sobre Outros Municípios e Instituições

Entrevistado A	“Tenente Portela, Três Passos, São Vendelino. Foi destacado e demonstrando a importância do programa, como é realizado, pois tinham interesse em implantar nas suas cidades”
Entrevistado B	“Sim, mas em função da pandemia não vieram como é o caso de São Vendelino”.
Entrevistado C	“Tenente Portela querendo introduzir esta política nesses moldes”.
Entrevistado D	“Fórum em POA, UERGS de Três Passos, Núcleo de Cooperativismo Três Passos, Bom Progresso debate Compra Públicas, Santa Rosa debate da Ecovida, Tenente Portela criou programa em lei que vai ser parecido. De maneira remota Itaqui - UNIPAMPA (nutrição e agronomia).
Entrevistado E	“Sim, Vista Gaúcha o qual tem interesse em implantar em seu município.”

Fonte: A autora, dados de pesquisa de campo, (2022).

Para o fechamento da reflexão da importância do PAA para Grisa, “o PAA se expressa na forma de “um emaranhado de nós” interligando unidades familiares de produção e estas com suas associações/cooperativas, instituições públicas, instituições sociais, famílias

beneficiária” (GRISA, p.19. 2009). Esse aspecto é de grande relevância pois, dada a situação atual do Brasil, segundo pesquisa divulgada recentemente, da Rede PENSSAN (OLHAR PARA FOME, (2020-2022), o desmonte das políticas públicas piora na crise econômica, aumentando as desigualdades sociais, agravando-se ainda mais com a pandemia da Covid-19, em que as iniciativas do governo federal foram débeis tanto no controle da pandemia quanto em fornecer mecanismos para que a população pudesse suportar as consequências econômicas dela decorrentes. Como resultado, no final de 2020, fome já havia retornado aos patamares de 2004. Em 2022, os números são ainda piores. De nove por cento (9%) saltamos para quinze vírgula cinco (15,5% ou 33,1 milhões) de brasileiros que passam fome. Houve um aumento nesse período de 14 milhões de pessoas que passaram a conviver com a fome no seu dia a dia.

Ainda, em 2021/2022 (II VIGISAN), 125 milhões de brasileiros declaram não ter certeza se teriam o que comer no futuro próximo, passando por limitação da qualidade ou quantidade de alimentos. A insegurança alimentar moderada e grave cresceu mesmo nos domicílios que recebiam auxílio financeiro dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil, pois, na faixa de renda de menos de meio salário mínimo por pessoa, a fome passou a ser uma realidade para 32,7% das famílias que relataram receber os benefícios, ao passo que 29,4% das que não recebem relataram conviver com a fome.

A pesquisa mostra ainda outros problemas da sociedade brasileira. A segurança alimentar é mais frequente nos domicílios naqueles que se declaram brancos (52,3%), enquanto cai para cerca de 35% dos que declaram pardos ou pretos, o que se pode atribuir ao problema do racismo estrutural, muito presente no Brasil, evidenciado pelas diferenças salariais. Verifica-se, outrossim, que 6 em cada 10 lares comandados por mulheres convivem com a insegurança alimentar, sendo que a fome presente em 19,3% dessas famílias. Ao passo que a fome é presente 11,9% dos lares comandados por homens, fatores esses atribuídos a desigualdade de rendimentos entre os gêneros.

Esses números estarrecedores podem ser atribuídos a nova política inaugurada pelas ditas reformas liberais trazidas no Brasil, a partir do ano de 2016, agravadas após as eleições de 2018 e pandemia da Covid-19 entre anos de 2020 e 2022. A insegurança alimentar e fome passaram a ser frequentes nos lares brasileiros, fruto da inflação dos alimentos e dos combustíveis, bem como pelo desmonte gradual das políticas públicas estatais, por uma filosofia de implantação do estado mínimo, que, na verdade, se trata de uma crescente retirada de direitos sociais e transferência de recursos para o setor financeiro, causando o agravamento das desigualdades sociais, fome e miséria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho pode-se verificar que a política pública alimentar implementada pelo município Chiapetta- RS, que é uma adaptação do Programa nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), foi instituindo com resultados positivos, servindo inclusive como referência para outros municípios da região.

Nas palavras do prefeito municipal, Éder Luís Both, “*tudo começou com a reivindicação dos servidores para receber cestas básicas mensalmente.*” Buscou-se, então, com base em uma sugestão da Emater, incluir produtos oriundos da agricultura familiar, mas, para isso, antes, procurou-se estruturar os pequenos produtores por meio do *projeto estufas*, implementado em 2015.

Nesse programa, pois, com a colaboração de diversos órgãos e setores municipais, pode-se verificar a realização de todas as etapas necessárias para o seu sucesso, quais sejam: captação de agricultores familiares e fornecimento de mecanismos para produzirem (*projeto estufa*) e disponibilização de meios para escoar a produção (por meio das compras públicas), ao mesmo tempo em que era atendida uma antiga reivindicação dos servidores, que era o fornecimento de cestas básicas.

Com relação ao público alvo da pesquisa, verificou-se que, para cerca sessenta por cento (60%) dos servidores entrevistados, tiveram mudanças positivas na sua rotina, com fornecimento dos alimentos entregues na cesta básica recebida mensalmente e que quase cinco por cento (5%) relataram que adquiriram o hábito e passaram a consumir mais saladas, sendo que trinta e três (33) servidores (40,74% do total) se preocuparam principalmente com a questão econômica, com o que deixaram de gastar no supermercado e com o que esses produtos representam de valorização da sua função, como se fosse um incremento do salário.

Verificou-se que os servidores, na sua maioria, possuem o perfil de moradores de cidade do interior, com fortes vínculos com o campo, sendo que noventa e três por cento (93%) nasceram ou moram há mais de vinte anos (20) anos em Chiapetta- RS, sendo que sessenta e dois (62) servidores (mais de 76% do total) já se alimentavam de forma adequada e saudável. O ato de preparar o próprio alimento foi também referido como um hábito saudável.

Outro aspecto positivo foi a percepção de que o programa traz benefícios para o Município como um todo, uma vez que foi dito que gerava de renda, com o aumento do giro de recursos, fazendo-se notar no comércio de modo geral, contribuindo para o aumento dos empregos, com o aumento do poder aquisitivo e do consumo das pessoas. E dezenove (19)

servidores (quase 23,5%) citaram ainda que os benefícios foram mútuos, tanto para os servidores quanto para os agricultores.

Esse projeto demonstra um grande potencial para desenvolvimento local, promovendo segurança alimentar para servidores municipais, gerando renda e garantia de mercado aos pequenos agricultores e agroindústrias familiares, entregando diretamente a produção para a instituição encurtando cadeia produtiva. Desta forma, a iniciativa do município de Chiapetta vai não contramão do que ocorre no cenário nacional, em que as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional vem sofrendo um desmonte crescente, perdendo forças a partir de 2016 e se acelerando após as eleições de 2018. Isso no Brasil, que já foi referência internacional no combate à fome e na erradicação da pobreza, entre os anos de 2004 a 2014.

O exemplo do Município de Chiapetta-RS pode ser exaltado, demonstrando que, com medidas simples, pode-se promover justiça social, através das políticas públicas, gerando benefícios diretos e indiretos para toda a comunidade. Dada à importância e alcance dessa política, trazendo benefícios tanto para os servidores municipais como para os agricultores familiares, deveria ser transformada em lei, a fim de que seja ampliada e aperfeiçoada, ficando, também, a salvo de eventuais soluções de continuidade por conta de eventuais trocas de administrativas ou de interesses políticos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Clovis Tadeu e TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970**. Teoria e Evidência Econômica - Ano 21, n. 45, p. 257-281, jul./dez. 2015.
- ARAGÃO E NETA, José Welington Marinho de e Maria Adelina Hayne Mendes. **Metodologia Científica**. Produção de Mídias para Educação Online. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Regiões Funcionais de Planejamento e COREDs**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em: 10 de junho de 2022.
- BRZEZINSKI, Elton. Chiapetta um resgate de sua história, dezembro de 2005. **Chiapetta, um Resgate de sua História**. Professor de História Elton Brzezinski – 2005
- BBC BRASIL. **Alto índice de câncer na Região Noroeste põe agrotóxico em xeque**. Disponível em: <http://www.cidadecancaofm.com.br/conteudo.aspx?id=7907> Acessado em: 13 de setembro de 2021.
- BRASIL. *Governo Federal*. **Agricultura Familiar: Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>.
- BRASIL. *Governo Federal*. **Lei Federal Nº 11.346**. de 15 setembro de 2006. Acessado em: 07 de setembro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm.
- BRASIL. *Governo Federal*. **Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014**. Acessado em 31 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>
- BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; VALENTE, Flávio; RECINE, Elisabetta; LEÃO, Marília; CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. ABRANDH, Brasília, 2010.
- CASTRO, Josué de. **Fome: Um tema proibido** – últimos escritos de Josué de Castro/ Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CHIAPETTA, **Lei Municipal 245** de 28/08/2001. Disponível em: <https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7390&cdDiploma=20010245&NroLei=245&Word=245&Word2=> Acesso em 14 de junho de 2022.
- CHIAPETTA, **Lei Municipal 390** de 11 de março de 2005. Disponível em: <https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7390&cdDiploma=20050390&NroLei=390&Word=&Word2=> Acesso em 01 de julho de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, julho de 2004.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf Acesso em 01 de julho de 2022.

CONTI, Irio Luiz. Narração **Linha do Tempo da SAN Prof. Irio Conti**. (6:45 minutos).

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cF8Ps8SRHnbRpj93TrpAv16-sPxnIR3h/view>.

CONTI, Irio Luiz. Segurança Alimentar e Nutricional. **In: Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo. IFIBE, 2009. E-book. Disponível em:

https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3330627/mod_resource/content/0/Conti_I._2009_Seguranca_Alimentar_e-book_1_.pdf

COSTA, Christiane; e MALUF, Renato S. **Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. POLIS 38, São Paulo, 2001. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/402POLIS_diretrizes_para_uma_politica_municipal_seguran%c3%a7a.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

DEAN, H. CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. **A Pobreza do Estado:**

Reconsiderando o Papel do Estado na Luta Contra a Pobreza Global. São Paulo, 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em 13 de maio de 2022.

FAO. *Fao no Brasil*. Brasil em Resumo. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/> . Acessado em 13 de setembro de 2021.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 6ª Edição. Campinas, SP. Autores Associados, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de Pesquisa**. A construção da pesquisa. Unidade 3. Editora UFRGS. Série Educação à distância. Porto Alegre, 2009.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; ROJAS, Xinia Elena Fernández; DE SOUZA, Gabriela Coelho. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. Porto Alegre, v.1, n.2, dezembro de 2018 – abril de 2019

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 6, p. 97-129, 2010. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/274/193>> Acesso em 12 de junho de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama Cidades:Chiapetta. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/chiapetta/historico>

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022. Disponível em : <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acessado em 10 de junho de 2022.

MADRUGA, Jéssica Arpino. **Segurança Alimentar e Política Pública**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2009. Disponível em : <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25335/000738670.pdf?> Acessado em 29 de abril de 2022.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susaba Bleil. Caderno Segurança Alimentar. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf Acessado em 12 de setembro de 2021.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Ano 2007. Editora Vozes. Disponível em: https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3330624/mod_resource/content/1/2007%20-%20Maluf%20-%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional%20%283%29.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz e GOMES, Romeu. Pesquisa Social: **Teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

PELLEGRINI, Lilian de; BELIK, Elias Walter; ODERICH, Edmundo Hoppe. A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL E A AGRICULTURA FAMILIAR. 2019 Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19406/1192612667>

PREISS, Potira V.; SCHEINAIDER, Sérgio, e SOUZA, Gabriela Coelho de. **A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional sustentável**. Potira. Editora UFRGS, 2020.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política pública de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. 208 p. Tese doutorado – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286223> Acessado em 30 de abril de 2022.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente**. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/natureza_gente.pdf . Acessado em 12 de setembro de 2021.

WFP, *Centro de Excelência contra a Fome*. **Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico**. Série Políticas Sociais e de Alimentação. Centro de Excelência contra a Fome. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estudo1_Historico_lowres.pdf . Acesso em 17 de setembro de 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS SERVIDORES

- Data:
- Local da entrevista:
- Identificação do (a) entrevistada(o):
- Nome:
- Idade:
- morador de Chiapetta: () desde o nascimento, () entre 2 e 5 anos; () entre 5 e 9 anos; () entre 10 e 19 anos; () a mais de 20 anos; () menos de 2 anos

Setor da prefeitura em que trabalha:

- Secretaria de Educação e Cultura ()
- Secretaria de Assistência Social e Cidadania ()
- Secretaria de Agricultura e Pecuária ()
- Secretaria de Infraestrutura ()
- Secretaria de Saúde ()
- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável ()
- Secretaria de Administração ()
- Secretaria de Finanças e Planejamento ()

- Ocupação:

- Mora na zona urbana () ou no () rural:

- Estado Civil:

- Possui filhos: () sim Quantos?
() não

- Quanto tempo está trabalhando na prefeitura:

- () menos de um ano
- () de 1 até 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () de 6 até 10 anos
- () de 10 até 20 anos

() mais de 20 anos

1. Cestas básicas e alimentação da família:

Há quanto tempo você recebe as cestas básicas da prefeitura?

Quais os produtos que recebe?

Você e sua família consomem todos os produtos?

Tem produtos que você gostaria de receber mais ou produtos que gostaria de receber e os mesmos não vêm nas cestas?

Têm algum produto ou produtos que você gostaria de receber menos, ou não receber?

Você acha que todos os produtos deveriam ser entregues durante todo o período do ano?

Ou o programa deve respeitar os períodos de produção da região?

Você tem acesso a receitas para processar todos os alimentos? Caso negativo, gostaria de ter acesso?

Você acredita que a alimentação de sua família mudou após começar a receber este benefício? Caso positivo, poderia explicar como mudou?

Na sua concepção acredita que você e sua família consomem uma alimentação adequada e saudável? Poderias explicar?

1. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Município de Chiapetta/RS:

Como era o auxílio da prefeitura antes do Programa de Aquisição de Alimentos do Município?

O que mudou na rotina de sua família após passar a receber as cestas básicas da prefeitura?

Você acredita que este programa trouxe mudanças para o município? Caso positivo, quais?

Como você avalia o Programa? Poderias explicar?

Você teria sugestões para melhorar o Programa?

Você tem sugestões para o nome do Programa?

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS FORMULADORES DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR PARA A CESTA BÁSICA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
CHIAPETTA- RS**

- Data:

-Local da entrevista:

Identificação do (a) entrevistada(o):

- Nome:

- Idade:

- morador de Chiapetta: () desde o nascimento, () entre 2 e 5 anos; () entre 5 e 9 anos;
() entre 10 e 19 anos; () a mais de 20 anos; () menos de 2 anos

Questões:

1 Poderias relatar como começou o Programa de Aquisição de Alimentos no Município?

2 Quais os motivos que levaram o município a criar este Programa?

3 Quais setores estão envolvidos e como é o funcionamento do Programa?

4 Como a prefeitura está monitorando os resultados do Programa?

5 O Programa trouxe mudanças para o município? Caso positivo, quais?

6 O Programa foi procurado por outros municípios? Caso positivo, quais? O que foi destacado nestes contatos?

7 Achas que o Programa deve ser ajustado? Caso positivo, o que deveria ser feito?

8 Você tem sugestões para nome do Programa?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Estou-lhe convidando para participar da pesquisa intitulada “Análise sobre a política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar na alimentação dos servidores públicos municipais de Chiapetta/RS”. Esse trabalho faz parte da elaboração de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvida no curso de Bacharelado de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como orientação da Professora Gabriela Coelho de Souza e coorientação de Ana Julia Mourão Salheb do Amaral. O projeto pesquisa tem como objetivo averiguar a realidade a respeito da alimentação dos servidores do Município de Chiapetta após a implantação da Política Pública Municipal de incentivo a aquisição de produtos da agricultura familiar. O entrevistado(a) não será identificado(a) nos resultados obtidos.

A sua participação não oferece risco algum, sendo o único pedido a reserva do tempo que será necessário para participar da entrevista. Caso seja verificado algum constrangimento durante a entrevista, o entrevistado reserva o direito de cancelar sua participação. É garantido também o seguinte:

- De receber a resposta a qualquer pergunta, ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- De poder retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo.
- De que você não será identificado quando da divulgação dos resultados e que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa. - Este termo documento assinado em duas vias deve ser salvaguardado pelo interlocutor da pesquisa e pelo pesquisador. A responsável pela pesquisa é a estudante Graciela Elisiane Hartmann Klipstein Fone: **(51) 999511930**.

Consentimento

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, pois fui devidamente informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo.

Data _____/_____/_____

Nome da participante da pesquisa

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisador

**APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS PRODUTOS FORNECIDA PELA
NUTRICIONISTA**

Objeto: Alimentos agricultura familiar cesta básica – média por pessoa

ITEM	QUANT		DESCRIÇÃO
01	01	UND	Repolho verde, inteiro, novo, de boa qualidade, não murcho, sem as folhas externas, peso aproximado 1,5 kg
02	01	DZ	Ovos branco de galinha, tamanho grande, de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, acondicionado em embalagem apropriada.
03	01	KG	Pepino médio amadurecimento, íntegros e firme, sem manchas e cor características uniforme. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas e higienizadas, ou em sacos plásticos transparentes próprios para alimentos.
04	01	UND	Rúcula fresca, de 1ª qualidade, com aspecto bom, acondicionada em embalagem resistente e transparente. 01 maço de aproximadamente 200 gr.
05	01	UND	Tempero Verde fresco, de 1ª qualidade, com aspecto bom, folhas sãs. Acondicionada em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal. Em maços de aproximadamente 200 gr.
06	01	UND	Alface lisa, crespa ou roxa, pé inteiro, firmes e sem áreas escuras, frescas.
07	01	KG	Mandioca, sem casca, tamanho médio, de fácil cozimento, acondicionados em embalagem apropriada.
08	01	KG	Batata doce, de primeira qualidade, lavada.
09	01	KG	Macarrão caseiro com ovos, acondicionadas em embalagem apropriada, com data de fabricação e prazo de qualidade.
10	½	KG	Filé de peixe, tipo tilápia, embalado e congelado, pacotes de ½ Kg (3 x ao ano)

APÊNDICE E – LEI MUNICIPAL Nº 245**LEI MUNICIPAL Nº 245, DE 28/08/2001
AUTORIZA A CONCESSÃO DE CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS A
SERVIDORES MUNICIPAIS, ABRE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

*JOSÉ VALDIR MAÇALAI, Prefeito Municipal de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul, no
uso de suas atribuições legais,*

*FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a
seguinte Lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mensalmente, uma Cesta Básica de Alimentos, com até trinta quilos, a cada servidor integrante dos quadros de pessoal do município, ativos e inativos, incluídos os membros do Conselho Tutelar, Agentes Comunitários de Saúde e os contratados, enquanto perdurar seu vínculo com o município e nos termos desta Lei.

§ 1º Somente terão direito à Cesta Básica de Alimentos, os funcionários inativos que recebam seus proventos de aposentadoria, dos cofres do município.

§ 2º Nos casos em que pertencerem ao quadro de funcionários do município mais de uma pessoa que vivam sob o mesmo teto, como marido e esposa, pai e filho, etc., à eles será concedida uma única Cesta Básica.

§ 3º Entende-se como ativo, para os efeitos desta Lei, o servidor que, no mês competência de cada recebimento da Cesta, tenha no mínimo, 20 (vinte) dias de efetividade.

§ 4º Os alimentos que comporão a Cesta, serão indicados por Nutricionista que pertença ao quadro de funcionários do município, e na sua falta, por outra pessoa com conhecimento na área, indicado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A entrega das Cestas aos servidores, será feita no primeiro ou no segundo sábado do mês subsequente ao de competência, a critério do Poder Executivo.

Art. 3º O servidor que não satisfizer os requisitos estabelecidos para o recebimento da Cesta, decai do referido direito, sendo a mesma transferida à Secretaria do Trabalho, Habitação e Ação Social, que lhe dará destino apropriado.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada por Decreto Executivo, no que couber, e em especial, no que diz respeito aos requisitos a serem satisfeitos pelo servidor, para recebimento da Cesta.

Art. 5º O valor da Cesta não integra, para quaisquer efeitos, a remuneração do servidor, e seu recebimento não gerará direito, seja a que título for.

Art. 6º Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme classificação a seguir, através da qual correrá as despesas decorrentes desta Lei:

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Encargos Gerais do Município

Órgão: 04 - Administração Geral

Unidade: 02 - Encargos do Município

Função: 03 - Administração e Planejamento

Programa: 07 - Administração

Subprograma; 427 - Alimentação e Nutrição

Atividade: 2006 - Encargos Gerais do município

Elemento: 3132000000 - Cesta Básica de Alimentos à Servidores - R\$ 30.000,00

Art. 7º Servirá para cobertura do Crédito Especial de que trata o artigo 6º desta Lei, o excesso de arrecadação previsto para o presente Exercício.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHIAPETTA (RS), EM 28 DE AGOSTO DE 2001.

*DR. JOSÉ VALDIR MAÇALAI
PREFEITO*